

GT 1 - MARXISMOS NO CAMPO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

A Dialética nas Organizações: Uma Perspectiva Marxista

PAULA FERNANDE D' ESPÍRITO (UEL-PR)¹;

Contextualização

No campo dos estudos organizacionais e das ciências sociais, de forma geral, a análise entre teoria e prática se coloca como condição necessária para a investigação científica. Trata-se de princípio metodológico fundamental, mediante o qual se busca apreender e compreender o objeto de investigação em sua totalidade. Neste sentido é que comparece a contribuição do pensamento dialético proposto nos estudos marxianos, uma vez que as referidas análises consideram que o ponto de partida é a “a produção material”, portanto: “Indivíduos produzindo em sociedade [...] a produção dos indivíduos socialmente determinada”. (MARX, 2011; pág. 54).

Este método de análise, que persegue a compreensão da totalidade do movimento de uma determinada realidade, é essencial, também, para se compreender as estruturas organizacionais. Portanto, transcende a simples constatação de que, na produção e reprodução da vida social, produção, consumo, distribuição e troca, formam uma unidade, não podendo, portanto, ser adequadamente analisados se tomados isoladamente.

De forma recorrente, os diversos estudos organizacionais, preocupados que estão com encontrar a melhor dinâmica para as unidades empresariais, acabam por se focar quase que exclusivamente nos casos singulares, perdendo assim de vista que a singularidade só pode ser devidamente compreendida se entrelaçadas com as situações particulares concretas nas quais se inserem e dentro do quadro mais universal à qual pertencem, isto é, a própria sociedade capitalista com sua dinâmica contraditória.

Assim, se a base material é o ponto de partida e o trabalho elemento essencial para a existência de uma determinada organização, então ele é forma primeira a ser analisada, uma vez que, sem ele, não há produção. Além do que é a relação capital e trabalho que institui a gerência e a gestão e não o inverso, ou seja, a solução técnica encontra ontologicamente sua raiz em uma relação de exploração. É a partir desta categoria de análise que se torna possível explicar, por exemplo, como se constituem as relações sociais e a própria divisão social do trabalho.

Assim, a produção é o elemento primário e estruturante das relações econômicas, das quais derivam a distribuição, a troca e consumo e como em cada tempo histórico a produção determina, também, a possibilidade de distribuição. Rejeita a ideia dos economistas clássicos

¹ Mestranda em Administração (PPGA-UEL) e Graduanda em Ciências Sociais (CCH-UEL). Email: paula.fernandes@uel.br

de que essas esferas sejam independentes, defendendo que estão enraizadas nas relações sociais de produção.

O movimento da totalidade (dialética), é o momento predominante que não está nem no consumo, nem na produção, ainda que cada um possua sua especificidade. Para tal análise se utiliza do método dialético, o que lhe permite apreender o desenvolvimento histórico das formas sociais, mostrando que as categoriais econômicas (trabalho, valor, capital), são produtos sociais e históricos, e não naturais ou eternas, como era considerado pela economia liberal burguesa. Assim, supera o pensamento formal, ou seja, se é isto, como pode ser aquilo? Isto se evidencia quando trata cada momento da produção e reprodução como um todo, onde cada momento está intimamente e necessariamente ligado aos demais,

É historicamente e não ocasionalmente que estas relações se constituem. Marx observa, por exemplo, que:

[...] Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [Stamm]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, com a “sociedade burguesa”, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente. **O ser humano é, no sentido mais literal, um zon politikón, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade.** [Grifo nosso] (MARX, 2011, pág. 55).

O texto proposto nos Grundrisse indica que o trabalho é o cerne deste processo: é por meio do trabalho que os seres humanos se relacionam com a natureza e com outros indivíduos, com a particularidade de que, no capitalismo, essa atividade se transforma em trabalho assalariado, no qual o trabalhador é parte integrante da engrenagem capitalista de exploração, controle e acumulação. Os Grundrisse não desconsideram as contribuições fornecidas pela economia política clássica, leia-se, a economia liberal. O que é criticado por Marx é como a Economia Política clássica não soube articular devidamente as categorias que investigou, razão pela qual não estabeleceu uma compreensão adequada do modo de produção capitalista

No longo percurso histórico que conduziu ao surgimento da sociedade capitalista e, dentro desta, a transição da manufatura à grande indústria (Marx, 1968), o que se verifica, efetivamente, é a multiplicação das unidades produtivas sob o controle do capital. Porém, mais do que isso, o fato de que estas mesmas unidades só podem funcionar dentro de relações de exploração, que são, ao mesmo tempo, relações de classe. Isto é destacado recorrentemente por Marx, entre outros, no leque do pensamento dialético materialista, ou seja, de que a divisão social do trabalho não é apenas a separação de tarefas técnicas dentro da organização da vida social. E isto é válido tanto para a sociedade capitalista quanto, também para uma possível

futura sociedade comunista, com a marcante diferença de que, nesta última, as relações de produção e organização do trabalho não estariam pautadas pelas relações de classe (Engels, 1974; Marx, 1968). Portanto, pensar as organizações implica, dentro deste raciocínio proposto pelos autores do pensamento marxiano, refletir sobre sua inserção em uma totalidade concreta dada pela existência das classes sociais.

Assim, no que concerne às organizações, em específico, torna-se possível observar que elas são moldadas por condições históricas e materiais. Nelas, como bem analisou Braverman (1981), no campo marxista, mas, também, Max Weber (1969), no campo liberal, instauram-se divisões internas que configuram uma determinada, formas de controle e relações de poder, estruturas burocráticas nas quais se define com o máximo de precisão possível quem decide e quem executa. Mas, ainda que internamente exista uma determinada estrutura de funcionamento, esta continua a estar indissolúvelmente ligada a toda a dinâmica macrossocial. Ou seja, a individualização da organização só é possível de ser pensada à luz da existência da sociedade, leia-se, do complexo social mais amplo. E isto, sobretudo, porque “quando se fala de produção, sempre se está falando de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais” (Marx, 2011, pág. 56).

Certamente, o pensamento da vida cotidiana cria ilusões que conduzem a dissolver a particularidade na generalidade, uma “produção em geral”. Contudo, “todas as épocas da produção têm certas características em comum, determinações em comum. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse Universal, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas” (MARX, 2011, pág. 56)

Voltando a atenção para as particularidades nas quais podem se expressar as organizações, forçoso é reconhecer que as estruturas produtivas, sejam elas capitalistas ou não, envolvem a “cooperação entre as pessoas, mediada por instituições, normas e tecnologias; depende de relações sociais específicas para ocorrer. No caso em questão, a sociedade moderna, verifica-se que o capital exige que o trabalhador esteja separado dos meios de produção para que possa ser explorado via salário. Portanto, a produção nunca é apenas um ato técnico de transformar insumos em bens, mas sempre uma relação entre pessoas mediada por coisas (mercadoria, capital, propriedade). Os indivíduos não produzem como quer, nem quando querem, mas sim dependem das condições materiais para organizar a produção.

Mas, destaque-se, ainda, que toda organização pode apenas contar com uma autonomia relativa, isto é, a racionalização das estruturas internas não podem prescindir das considerações das relações sociais totais. Como atentava Engels, no Anti-Dühring, ao comentar sobre as crises, o capital é racional internamente mas anárquico, globalmente (Engels, 2015). Contatação essencial pois nos direciona para o âmbito organizacional e como é importante refletir sobre que nenhuma empresa produz como quer, ela depende de insumos, depende de relação com o mercado, para produção e a relação com o mercado que irão viabilizar a produção de determinadas mercadorias, por isso a base da Teoria da Dependência. Nenhuma organização pode sobreviver sem dependência de outras organizações, uma vez que elas fornecem os insumos necessários a produção. Na prática quando pensamos em produção, se pensa em produção social, ou seja, a interdependência entre os indivíduos - (Organizações no seu interior

e as organizações entre si). Neste sentido, mais uma vez a análise Marxiana se revela de importância uma vez que esta matriz de pensamento atentou para como o pensamento liberal se debruçou na questão da produção, porém viu a produção a partir do indivíduo e não a partir das produções reais que são construídas ao longo da história.

Objetivos

Do exposto, emerge a pergunta: Mas o que tudo isso tem a ver com a teoria organizacional? Entendemos que o ponto de partida de Marx, produção e consumo, consumo é produção, orienta os princípios estruturante de uma organização, uma vez que ela não está voltada a produzir somente valores de uso, mas, também, valores de troca e, no caso da sociedade capitalista, valor (ou seja, bens que são realizados dentro de um tempo de trabalho social médio). A produção e o consumo são hierarquizados na vida social e resultam, no caso das sociedades contemporâneas em relações de exploração, dissolvidas na reflexão organizacional através do foco em “produção” e “sociedade”.

Os Grundrisse antecipam uma abordagem crítica da economia e do trabalho que se revela extremamente pertinente para compreender as organizações como estruturas sociais historicamente determinadas, e não como entidades neutras ou puramente técnicas. As organizações neste sentido, tornam-se o local privilegiado onde se materializam e se reproduzem as contradições centrais do capitalismo, especialmente a separação entre os trabalhadores e os meios de produção.

Marx enfatiza que a produção é, antes de tudo, uma relação social, e essa ideia desestabiliza as abordagens tradicionais que tratam o trabalho apenas como um fator produtivo. Dentro das organizações, isso se traduz na necessidade de analisar como as práticas de gestão, a divisão do trabalho e os sistemas de controle se conectam a estruturas mais amplas de dominação. A teoria crítica das organizações, inspirada nesse marco teórico, passa a examinar os efeitos da alienação, do controle gerencial e da burocracia não como falhas do sistema, mas como expressões coerentes das lógicas do capital.

Apesar de não tratar diretamente da administração ou das estruturas organizacionais formais, o texto contribui ao oferecer uma lente crítica que permite reinterpretar as práticas organizacionais como parte de uma totalidade. Para os estudiosos e profissionais das organizações, esse aporte é essencial para escapar das análises formais ou tecnocráticas e compreender como as organizações participam da produção e reprodução de relações sociais mais amplas, muitas vezes desiguais e opressoras.

Metodologia

O método dialético permite uma compreensão dinâmica das organizações, enfatizando seus processos de mudança, conflito e contradição. Isso contrasta com visões funcionalistas, que tendem a estabilizar e normatizar a organização como algo a ser eficientemente gerido. Em vez disso, a perspectiva marxiana revela que o conflito especialmente entre capital e trabalho – é constitutivo da vida organizacional. A naturalização, da divisão do trabalho, dos mecanismos

de controle e da lógica da produtividade revela não apenas escolhas técnicas, mas a reprodução de relações sociais historicamente construídas dentro das organizações.

Atente-se, ainda, que o método dialético permite compreender as organizações como espaços atravessados por contradições e conflitos, especialmente na relação entre capital e trabalho, em oposição às abordagens funcionalistas que tendem a estabilizá-las como estruturas neutras e eficientes. Nesse sentido, mesmo organizações que mobilizam discursos de inovação e bem-estar frequentemente mantêm práticas que reiteram a separação entre trabalhadores e meios de produção, reforçando estruturas de dominação. Ao deslocar a análise para além de uma perspectiva tecnocrática, a abordagem dialética possibilita questionar categorias clássicas da administração, como eficiência, produtividade e meritocracia, evidenciando como estas podem ocultar relações de exploração.

Ainda que as teorias organizacionais não fosse o foco do pensamento dialético marxiano, elas lançam elementos de problematização para se escapar da leitura da administração formal. Sua principal contribuição reside em oferecer uma lente crítica capaz de situar as práticas organizacionais no interior de uma totalidade social, permitindo compreender como tais práticas participam da produção e reprodução de relações sociais historicamente desiguais.

Conclusão

A análise crítica exige que se pense a organização em sua articulação com a dinâmica mais geral da sociedade na qual esta organização se insere. Portanto, abordar o movimento do capital não é uma postura ideológica, mas sim um esforço analítico para desvelar as condições materiais que conformam as práticas organizacionais. É reconhecer que as organizações operam dentro de um modo de produção que molda suas estruturas, práticas e relações de poder. A análise dialética da organização permite compreender que elementos como a divisão do trabalho, a hierarquia e os mecanismos de controle não são neutros ou universais, mas refletem as exigências do capital para maximizar a exploração e a acumulação. A suposta neutralidade de conceitos como eficiência, produtividade ou meritocracia, amplamente utilizados na administração, ocorre no domínio das estruturas sociais, e estas mantêm a lógica capitalista da produção e reprodução das desigualdades a fim de que as mercadorias possam ser produzidas e vendidas (ou realizadas, em termos de Marx). Desse modo, uma ótica crítica implica repensar a gestão não como técnica pura, mas como prática social imersa em relação de poder, que é poder social de classe.

Incorporar essa compreensão à teoria das organizações é fundamental para superar visões funcionalistas e desenvolver análises mais profundas e transformadoras, que revelem as contradições sociais, que são ocultadas nas rotinas internas das organizações e apontem para uma saída emancipatória.

Referências

ADLER, P. (2009). Marx and organization studies today. In P. Adler (Ed.), *The Oxford handbook of sociology and organization studies: Classical foundations* (pp. 62-91). Oxford University Press.



BRAVERMAN, Harry, Trabalho e capital monopolista, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

ENGELS, F. IX. Barbárie e Civilização. IN: A origem da família, da propriedade privada e do Estado, Obras Escogidas, Tomo III, Moscú, Editorial Progreso, 1974.

ENGELS, F., Anti-Duhring, São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
[INTRODUÇÃO]

MARX, K. y **ENGELS**, F. Manifesto del partido comunista. IN: Obras escogidas, Tomo I, Moscú, Editorial Progreso, 1974.

WEBER, Max, Economia y Sociedad, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1964.